

# CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

## **COMISSÃO DE CULTURA**

## PROJETO DE LEI Nº 2.305, DE 2021

Modifica a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, determinando que a exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade em salas de cinema seja precedida da divulgação de mensagem de advertência contra a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes.

Autor: Deputado Zé Vitor

Relator: Deputado Abilio Brunini

## I - RELATÓRIO

O PL nº 2.305/2021, de autoria do Deputado Zé Vitor, pretende modificar a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, determinando que a exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade em salas de cinema seja precedida da divulgação de mensagem de advertência contra a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes.

Apresentada nesta Casa em junho de 2021, a proposição foi distribuída para as Comissões de Cultura, Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nos termos da alínea "g" do art. 32, XXI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Cultura pronunciar-se sobre o mérito da homenagem cívica.





É proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II e tem regime de tramitação ordinária nos termos do Art. 151, III do RICD.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

A Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007 tornou obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias na seguinte redação estabelecida no §2º do art. 2º: "EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES: DENUNCIE JÁ!".

A obrigatoriedade foi para estabelecimentos comerciais que prestem serviços mediante pagamento, como hotéis, bares, casas noturnas, salões de beleza, postos de gasolina, entre outros.

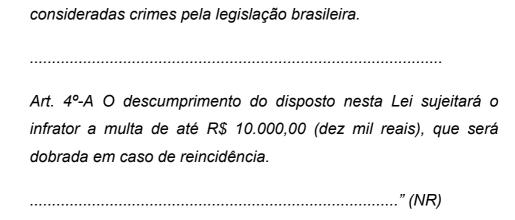
O PL nº 2.305/2021 pretende modificar a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, que passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2ºA e 4º-A:

"Art. 2°-A A exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade, em salas de cinema, deverá ser precedida da divulgação da mensagem de que trata o § 2° do art. 2°.

Parágrafo único. A mensagem deverá ser exibida de forma destacada e acompanhada de informações sobre números telefônicos e outros canais de atendimento mantidos pelo Poder Público por meio dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca das práticas







A proposição ainda estabelece prazo de 90 (noventa) dias para entrar em vigor.

Na justificativa, o autor informa o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu penas rigorosas para atos de violência contra menores no Brasil e em 2007 a Lei nº 11.577 foi aprovada para obrigar hotéis, bares e clubes, entre outros, a afixarem letreiros alertando sobre a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes. No entanto, essa lei não se aplicou às salas de cinema, que recebem um público expressivo em todo o país.

O projeto em questão propõe a instituição de um dispositivo legal que exige que antes do início de cada sessão de cinema com classificação indicativa até 12 anos, uma mensagem de alerta contra a exploração de menores seja exibida.

No nosso entendimento a adição desses artigos à Lei nº 11.577/07, complementa a legislação de combate e da repressão aos abusos praticados contra crianças e adolescentes no país.

A exibição de uma mensagem de alerta contra a exploração de menores antes do início de cada sessão de cinema com classificação indicativa até 12 anos de idade é uma medida muito importante para conscientizar a população sobre a necessidade do combate e da repressão aos abusos praticados contra crianças e adolescentes no país. A inclusão de informações sobre números telefônicos e outros canais de atendimento mantidos pelo Poder





Público para denúncias é uma forma de incentivar as pessoas a denunciarem essas práticas criminosas e, assim, contribuir para a proteção das crianças e adolescentes.

Além disso, a imposição de multa para o infrator que descumprir a Lei é uma forma de garantir que os estabelecimentos de cinema cumpram a norma e contribuam para a proteção das crianças e adolescentes. A multa é uma forma de punir aqueles que ignoram a importância da mensagem de alerta e descumprem uma medida que visa proteger as crianças e adolescentes.

É importante destacar que o cinema é um dos principais vetores de democratização do acesso à cultura e à informação no país, atingindo um grande público. Portanto, a inclusão de salas de cinema nesse esforço de conscientização da população é uma medida que se faz necessária e contribuirá para o combate e a repressão aos abusos praticados contra crianças e adolescentes no país.

Por fim, entendemos que o prazo de 90 (noventa dias) é ação necessária para que todas as salas de cinemas tenham tempo hábil para se prepararem para dar cumprimento à nova legislação.

Diante do exposto, manifestamos e encaminhamos pela **APROVAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 2.305, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2023.

**Deputado Abilio Brunini** 

PL - MT

Relator



